

Políticas públicas ou programas de governo: São uma contribuição para a inclusão no Chile



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-057>

José Manuel Salum Tomé

Doutor em Educação

Universidade Católica de Temuco

E-mail: josesalum@gmail.com

RESUMO

Given the importance of Public Policies for social transformation, the document explains why and in what circumstances they constitute a decisive factor for promoting or inhibiting social transformation. A policy is a propositional, intentional, planned, not only reactive, casual. It is disconnected from the decision

de alcançar determinados objetivos por certos meios: é uma ação com significado. É um processo, um curso de ação que envolve todo um conjunto complexo de decisões e operadores. A política também é uma atividade de comunicação pública. Assim, o objetivo deste artigo é ser um guia na compreensão e análise do que se entende por Políticas Públicas, bem como contribuir para a compreensão dos mecanismos para sua elaboração e elaboração.

Que tenham uma ideia clara e simples do que são Políticas Públicas em um contexto generalizado e os passos que devem ser realizados para implementá-las.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Qualidade, Transformação Social.

1 INTRODUÇÃO

A grande tarefa é ser um guia na compreensão e análise do que significam as Políticas Públicas, bem como contribuir para a compreensão de seus mecanismos de desenho e elaboração. Que tenham uma ideia clara e simples do que são Políticas Públicas em um contexto generalizado e os passos que devem ser realizados para implementá-las.

Dada a importância das Políticas Públicas para a transformação social, o documento explica por que e em que circunstâncias elas constituem um fator decisivo para promover ou inibir a transformação social.

Políticas educacionais são aquelas políticas públicas que respondem, em alguma medida, às demandas sociais no âmbito setorial da educação. A definição de políticas públicas, no entanto, tem diferentes abordagens, em constante evolução (Lahera, 2008; Espinoza, 2009). Essa evolução está ligada às mudanças em nosso ambiente social, cultural, político, econômico e institucional. Assim, se no século passado a tomada de decisão era exclusivamente estatal, com seu poder de criar, estruturar e modificar o ciclo das políticas públicas, hoje a participação de diversos atores, a criação de consensos e a legitimidade na coisa pública tornaram-se incontornáveis para a governança em qualquer território.



Nessa perspectiva, conceitualmente pode-se dizer que as políticas públicas "correspondem a cursos de ação e fluxos de informação relacionados a um objetivo público democraticamente definido; aquelas que são desenvolvidas pelo setor público e, frequentemente, com a participação da comunidade e do setor privado" (Lahera, 2008 p. 16). Trata-se, em geral, de um conjunto de opções e decisões inter-relacionadas que implica o estabelecimento de objetivos e a definição dos meios para alcançá-los, em resposta às demandas políticas¹ (Kraft e Furlong, 2004; Fischer et al., 2007; Espinoza, 2009). Nessa perspectiva, as políticas públicas têm a ver tanto com ações quanto com omissões. Por um lado, envolvem uma tarefa de lidar com problemas sobre os quais são exigidas ações no nível público e, por outro, podem ser reduzidos a decisões de simplesmente "não fazer nada" em relação a algum aspecto ou problema social (Kraft e Furlong, 2004; Fischer et al., 2007).

Nesse sentido, as políticas públicas são instrumentos de governança que moldam a política, atribuindo vencedores e perdedores entre cidadãos e grupos de interesse, o que geralmente afeta o ciclo político, a participação e as demandas futuras (May & Jochim, 2013). Assim, e uma vez que servem tanto a compromissos substantivos como políticos, as políticas públicas são, finalmente, um componente-chave da própria política (May & Jochim, 2013).

Política e políticas públicas são entidades diferentes, mas se influenciam. Ambos são buscados na opacidade do sistema político. Tanto a política quanto as políticas públicas têm a ver com o poder social. Mas enquanto política é um conceito amplo, relativo ao poder em geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como gerir a coisa pública. A língua inglesa reflete claramente essa distinção entre política e política.

As políticas públicas são um fator comum nas políticas e decisões do governo e da oposição. Assim, a política pode ser analisada como a busca de estabelecer políticas públicas sobre determinados assuntos, ou influenciá-los. Por sua vez, parte fundamental do trabalho do governo refere-se à concepção, gestão e avaliação de políticas públicas.

O objetivo dos políticos - conservadores e radicais, idealistas ou motivados por interesses próprios é conseguir estabelecer políticas públicas de sua escolha, ou bloquear aquelas que são inconvenientes. Em qualquer aliança governamental, quem se limita às teses e não busca sua concretização em políticas confunde seu papel.

A política, em seu sentido mais amplo, tende a moldar tanto as propostas de políticas públicas quanto as que se materializam. Quem quer o governo quer políticas públicas. Portanto, os governos são instrumentos para a realização de políticas públicas. Mais do que olhar para a ordenação das atividades do setor público, tal como dada por sua organização, ela deve ser vista como um instrumento para a realização de políticas públicas. Assim como a principal conquista de uma empresa privada não é seu organograma, mas seus lucros, o importante no governo são seus resultados, e não sua estrutura.



Pelo que já foi dito, as políticas públicas são úteis para estudar vários aspectos da política, como a discussão da agenda pública em toda a sociedade, as eleições entre candidatos e seus programas, as atividades do governo, as atividades da oposição, o esforço analítico sobre essas questões. Desta forma, este documento visa fornecer uma visão panorâmica da educação chilena entre 2004 e 2016, considerando o desenho e a implementação das profundas reformas realizadas durante o segundo governo da presidente Bachelet. Para seu estudo faremos a seguinte divisão: análise de políticas (busca da melhor Política Pública em termos de eficiência e equidade) e o estudo da formulação de políticas (estudo de formulação de políticas), orientando positivamente para descrever, classificar e explicar o padrão de decisão e operação com que um determinado sistema político administrativo ou um determinado governo em Políticas Públicas procede. Cada uma dessas partes leva a uma compreensão mais profunda desse tópico, gerando assim uma ideia complementar adicional.

2 QUE QUER DIZER COM UMA BOA POLÍTICA PÚBLICA

Uma política pública de excelência corresponde àquelas linhas de ação e fluxos de informação relacionados a um objetivo político democraticamente definido; aquelas que são desenvolvidas pelo setor público e, muitas vezes, com a participação da comunidade e do setor privado. Uma política pública de qualidade incluirá diretrizes ou conteúdo, instrumentos ou mecanismos, definições ou modificações institucionais e a previsão de seus resultados, (Gómez R. 2012)

O principal é a ideia, o ponto de vista ou o objetivo a partir do qual propor ou analisar normas ou disposições. Assim, é possível considerar uma norma ou decisão ou várias (como o "programa" dos Estados Unidos). A expressão "espaço político" também tem sido usada para designar um conjunto de políticas tão inter-relacionadas que descrições analíticas úteis ou declarações delas não podem ser feitas sem levar em conta os outros elementos do conjunto.

Políticas públicas de excelência incluem o aspecto político como origem, objetivo, justificativa ou explicação pública. Se as políticas públicas não forem enquadradas em um amplo processo de participação, isso pode enviar os atores públicos: especialistas para a tecnocracia e comunicadores ou pesquisadores para o populismo imediato (Arellano, JP 2001)

Uma alternativa à inclusão de considerações políticas nas políticas públicas é a simples agregação de especialistas em alguns temas, ou de suportes de comunicação - incluindo o uso de cunhas e pesquisas para atividades tradicionais de governo. Do ponto de vista mais instrumental, é preciso lembrar que as políticas públicas representam, necessariamente, algum tipo de simplificação de problemas, característica da qual deriva sua natureza operacional. Tal simplificação pode ter um efeito negativo sobre uma compreensão mais ampla das questões ou problemas, e pode até mesmo enviar as respectivas pesquisas acadêmicas. Mais do que uma despolitização das decisões governamentais, o que teria sido uma politização e degradação de um segmento considerável das atividades de pesquisa.



As questões econômicas e sociais são tão dinâmicas e relacionadas e as atividades governamentais que as afetam são tão numerosas e interligadas que a precisão na interpretação dos desenvolvimentos ou na previsão dos resultados de qualquer nova intervenção parece duvidosa. De qualquer forma, também é preciso considerar o perigo de ideologizar os temas da agenda pública, ou sua análise em contextos que não são específicos ou impossíveis de converter em políticas reais.

O conceito de políticas públicas inclui tanto questões governamentais quanto estatais. Estas últimas são, na realidade, políticas de mais de um governo, o que suscita uma especificidade política. Também é possível considerar como políticas de Estado aquelas que envolvem o conjunto de poderes estatais em sua concepção ou execução.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CHILE (ESTA PODE SER UMA DE SUAS GESTÕES)

No período de 2004 a 2016, mudanças importantes foram observadas nas políticas educacionais no Chile. No entanto, ainda que importantes conquistas tenham sido alcançadas, hoje a educação continua sendo o principal desafio do país para se tornar uma sociedade mais igualitária e verdadeiramente desenvolvida.

Apesar dos esforços, o sistema educacional no Chile apresenta altos níveis de segregação e desigualdade que foram instalados devido a certas práticas, como financiamento compartilhado e seleção escolar. A existência de um copagamento discrimina as famílias com base em sua capacidade econômica, e contribui para aumentar a segregação no país sem contribuir significativamente para a qualidade (Mizala e Torche , 2012; Bellei, 2013; Elacqua et al., 2013). Consequentemente, as famílias não têm a possibilidade de escolher o estabelecimento que querem que seus filhos frequentem, mas só podem escolher aqueles que têm a possibilidade de pagar.

Além disso, antes da implantação da Lei de Inclusão Escolar, quase 80% das escolas e liceus que recebiam subsídio estatal exigiam que os pais cumprissem algum requisito de ingresso no estabelecimento (Presidência da República, 2014). A seleção escolar aprofunda a segregação, ao incentivar e permitir que os estabelecimentos escolham seus alunos de acordo com o capital social, econômico e cultural das famílias. Ao mesmo tempo e à semelhança do que acontece com o financiamento compartilhado, a seleção não garante maior efetividade educacional (Carrasco et al., 2014). A política, enfim, é então resultado de confrontos e compromissos, de competições e coalizões de conflitos e transações convenientes do governo no poder.

No Chile, a política de globalização econômica desenvolvida a partir da década de 1990 caracterizou-se pela abertura econômica e sua reorientação para o mercado externo. Mas, as importantes políticas de modernização e ajuste tecnológico que acabaram produzindo o aumento do desemprego e a redução dos gastos públicos com cobertura social. As políticas públicas foram interpretadas apenas à ação dos setores sociais, enviesando a capacidade do Estado de responder aos



efeitos causados pelas políticas econômicas e reduzindo sua ação a situações emergenciais. As políticas sociais derivadas dessas políticas públicas caracterizaram-se por alocar um alto custo orçamentário para sua implementação e resultados ineficazes para resolver os problemas derivados da pobreza.

Tanto que os programas sociais tornaram-se um mecanismo de controle social, por meio do qual atores mais poderosos têm forte influência para legitimar as perspectivas e ideologias nas áreas de pobreza. Focalizado dessa forma, o campo da assistência social acaba por produzir uma burocratização das políticas públicas e um perfil marcadamente fragmentado, caracterizado pela desarticulação das ações, pela falta de competitividade e pela iniquidade na distribuição dos recursos.

A evolução econômica do capitalismo chileno produziu um contraste entre miséria e riqueza, fortalecendo essas desigualdades. A disseminação da pobreza tem gerado alguns problemas sociais preocupantes, como desnutrição, doenças e ignorância. O impacto da pobreza e suas inúmeras consequências são tão devastadores quanto a incerteza do que está por vir. Seu aumento é consequência dos custos sociais implementados pelo modelo político que o acompanha, cujos novos padrões de acumulação ampliaram a distribuição desigual da renda.

A política econômica se revela porque não é possível analisar a política social sem relacioná-la ao desenvolvimento econômico, e vice-versa. O fenômeno do aumento da pobreza produziu uma diminuição do padrão de vida de certos grupos populacionais, marcando fortes diferenças sociais. Mas esse aumento não é novo e seu aumento não para.

4 O QUE ENTENDEMOS POR GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS?

Os limites, tempos e técnicas que separavam as atividades do governo daquelas correspondentes às campanhas políticas tornaram-se mais borrados. As campanhas procuram persuadir e o governo a fazer, mas essa distinção é mais ou menos nítida, de acordo com o sistema político de cada país e a maioria que o governo tem no parlamento. Os prazos nas campanhas são indefinidos, tudo parece possível a qualquer momento. Não é assim no governo, onde opções e sequências são muito importantes.

Como resultado, o tempo da política parece ter se tornado permanente, o que muitas vezes resulta em um descrédito da atividade. As campanhas políticas visam obter votos ou percentuais de aprovação nas pesquisas, objetivo compartilhado pelos governos. Por outro lado, as campanhas não precisam ser precisas ou detalhadas, mas baseadas em frases simplificadoras.

As campanhas são baseadas no uso de pesquisas como proxy para votos menos espaçados; e nas comunicações baseadas em uma frase por dia, pseudoeventos e o privilégio das imagens televisivas. O governo normalmente terá mais material para se aproximar do público e terá conquistas para mostrar, enquanto os partidos permanecem no limbo até as próximas eleições. Essa tendência pode contribuir para o declínio dos partidos políticos.



Levantou-se a existência do "paradoxo da determinação", segundo o qual as grandes condições de equilíbrio político-econômico, sejam elas quais forem, predeterminam o que vai acontecer. No entanto, um erro é cometido quando as políticas públicas são aconselhadas com base em uma visão estreita de sua viabilidade. Não há diferença essencial entre restrições técnicas, econômicas, políticas, institucionais ou quaisquer outras: todas elas limitam a liberdade de escolha do governante, e sua violação sempre acarreta uma sanção.

Os governos devem especificar programas de políticas públicas para o seu período. Essa determinação é uma forma eficaz de não dar a muitas pessoas o que elas querem. Normalmente, não há políticas públicas ideais, mas sim uma gama de soluções possíveis. Não há garantia de escolha da melhor política pública. Mas é um dever dos governos escolher cursos de ação.

É conveniente distinguir entre o programa público e a agenda do governo, às vezes porque a demagogia inflacionou o programa e, em qualquer caso, porque aspira a escolher sequências ótimas, efeitos cascata, momentos políticos e econômicos. Uma atividade central de um grupo de interesse é conseguir incorporar suas próprias alternativas aos itens da agenda que outros tornaram proeminentes. Isso afeta as políticas consideradas, mesmo que a respectiva agenda não seja afetada.

Os governos precisam coordenar suas políticas públicas com os partidos políticos. Os partidos políticos devem poder organizar-se para as eleições, mas também governar; Para isso, seria conveniente fortalecer os institutos de estudos a eles vinculados e insistir na incorporação de pessoas com capacidade técnica e científica para desenhar propostas de políticas públicas.

Algumas políticas públicas são mais importantes do que outras. E é da natureza da boa governança que sua ação se organiza principalmente em torno de diretrizes e políticas estratégicas. Políticas estratégicas são aquelas que prefiguram o legado do governo. Devem dar os principais critérios de avaliação da sua própria gestão e permitir que os partidos que apoiam o Governo sejam ordenados.

É necessária uma visão estratégica de médio prazo que combine adequadamente as dimensões política e técnica das políticas públicas. Para isso, é conveniente institucionalizar um "roteiro" para a gestão governamental, que é periodicamente avaliado e atualizado. A função de análise prospectiva deve se tornar uma rotina formal na gestão do Poder Executivo.

Ora, é uma afirmação da vontade, uma tentativa de exercer controle, de moldar o mundo. Enquanto as políticas públicas são instrumentos dessa ambição determinada.

Há um consenso de que as políticas públicas são importantes, mas o conceito usual delas é impreciso e a má qualidade das políticas é um fenômeno geral. O desafio é definir o primeiro e melhorar o segundo.



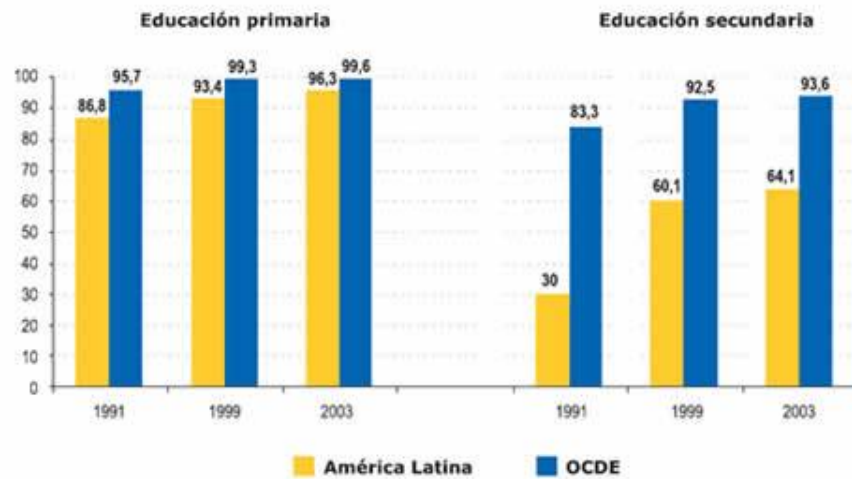
As políticas públicas estabelecem linhas de ação para enfrentar problemas ou fornecer bens e serviços a segmentos da sociedade. As políticas fazem mais do que simplesmente anunciar um curso de ação.

É uma realidade que o papel do governo e das empresas chilenas passaram por grandes transformações estruturais que mudaram o panorama da economia e da política durante as últimas décadas que tornam necessária a implementação de novas políticas. No entanto, essas transformações têm fragmentado a sociedade de tal forma que o empoderamento e desenvolvimento econômico, cultural e social das comunidades é desigual.

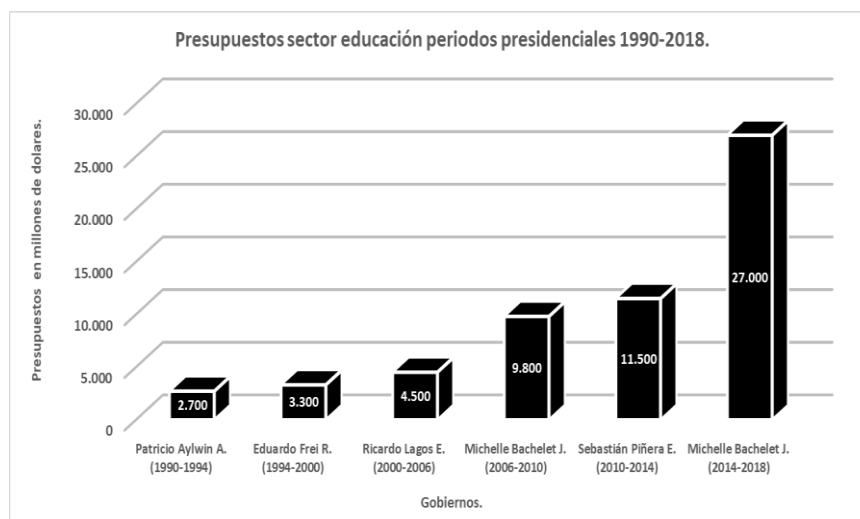
É preciso ir além de questionar qual é a política pública correta para resolver esse grande debate e esclarecer o que faz a política pública funcionar.

- Os governos, ao assumirem a responsabilidade constitucional e política por muitos dos problemas sociais e econômicos que afetam indivíduos e grupos sociais, tenderam a deslocar a ênfase da "política" para o eixo da "política pública".
- Tais problemas exigiam uma solução por parte dos governos, era necessário garantir o bem-estar social. É nesse contexto que as políticas públicas voltam a ganhar importância. Em última análise, a "política", argumenta-se, consiste em determinar quem recebe o quê, quando e como, com base em políticas públicas. No entanto, seria um erro supor que "política" é o mesmo que "política pública", já que são questões muito diferentes.
- Política é um conceito, diferentemente das políticas públicas, mais relacionado à questão do poder (e seu uso legítimo) na sociedade. E as políticas públicas, por sua vez, são um instrumento do atual governo, da coisa pública, da educação e da resolução de problemas sentidos em uma sociedade, em todas as áreas.

Contudo; você pode ter a política: Satisfação das necessidades educacionais dos setores juvenis em idade escolar com alto grau de vulnerabilidade". Para a referida política pública, programas que apoiem o desenvolvimento destas podem ser gerados, mas hoje a falta de recursos fiscais impede o desenvolvimento de projetos educacionais do governo no poder, contraditório investimento em educação na última década vem aumentando, o que se reflete na qualidade educacional do país.



Fonte: Avaliação da Política Nacional de Educação. OCDE



Fonte: Elaboração própria com dados do Centro de Estudos Mineduc, 2017.

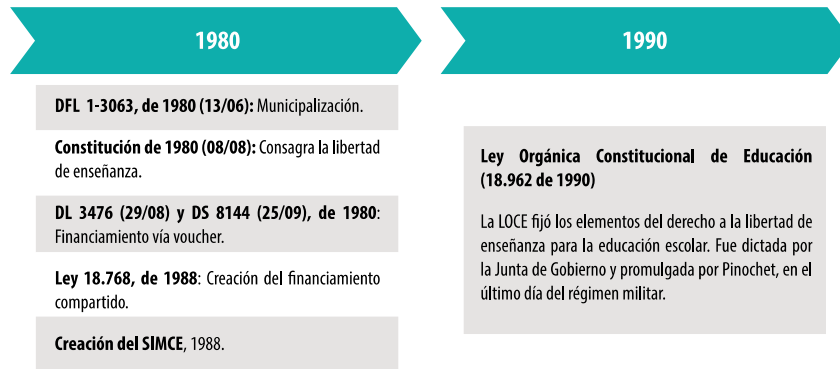
Pode-se dizer que a história das políticas educacionais no Chile remonta a 1810, com o plano inicial para a educação pública. Desde então, vários marcos se destacam, entre eles a aprovação da Lei Orgânica da Instrução Primária, em 1860, e da Lei do Ensino Primário Obrigatório, em 1920.

Durante os governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, as reformas no campo educacional tiveram prioridade e merecem destaque. Por exemplo, o avanço de 6 a 8 anos no ciclo do ensino básico, e para 4 anos no caso do ensino médio. Nesse período, houve também uma grande expansão da cobertura e das oportunidades educacionais (Oliva, 2010). Já a fase mais contemporânea da história das políticas educacionais no Chile pode, por sua vez, ser dividida em dois períodos de análise: a ditadura militar e os governos em democracia.

No primeiro caso, durante a década de 1980, iniciou-se uma profunda reforma educacional, sob uma lógica de competição, como resumido na figura 1 abaixo. Por um lado, a administração dos estabelecimentos escolares públicos foi transferida do nível central para os municípios do país. Por outro, foi introduzido um sistema de financiamento da demanda por meio de um voucher mensal por

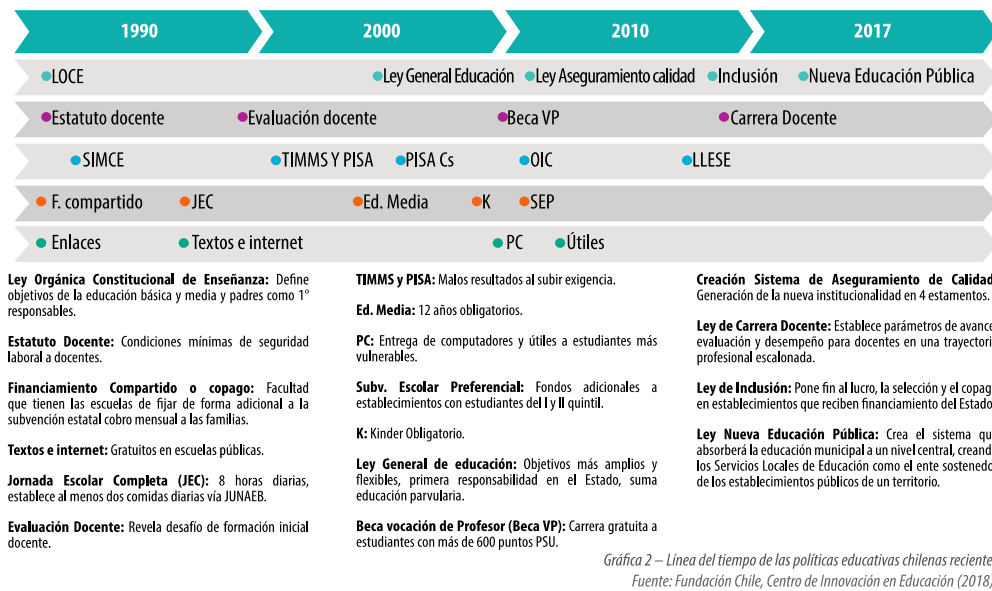


aluno que frequenta a escola. Criou-se a figura do "detentor da educação", que assume, perante o Estado, a responsabilidade de gerir uma escola ou escola secundária de acordo com a lei de subsídios (García-Huidobro, 2007).



Gráfica 1 – Principales cambios legales durante el régimen militar
Fuente: Elaboración propia.

- Desde 1990, com o retorno da democracia, o tema da educação evoluiu de uma abordagem de abrangência e abrangência nos anos 90 para políticas focadas na garantia da qualidade, equidade e inclusão. Estes últimos aspectos têm sido promovidos especialmente a partir de 2006, com as marchas estudantis e o envolvimento da sociedade em geral.
- A partir dessa data, iniciou-se um período de participação de atores-chave na elaboração de políticas, que influenciou várias leis fundamentais que fornecem a base para uma reforma estrutural do sistema educacional chileno, como a Bolsa Escola Preferencial (SEP), a Lei Geral de Educação (LGE), a Lei de Garantia de Qualidade (SAC), a Lei de Inclusão, a Lei da Carreira Docente e a Lei que cria o novo Sistema Público de Ensino. O gráfico abaixo resume os marcos mais importantes até o momento.



- Após os últimos 40 anos de reformas, instalou-se um marco regulatório e um conjunto de políticas educacionais que enfatizam diferentes princípios e seguem motivações muitas vezes antagônicas: da competição à colaboração, da seleção à inclusão e da imposição de apoio externo à capacitação interna.
- Embora essa inconsistência do sistema deva diminuir com as reformas do último governo – com a lei de inclusão –, a implementação dessas reformas é um ponto chave. Da mesma forma, a interação dessas leis com o financiamento da demanda e um sistema de responsabilidade externa altamente exigente é certamente um desafio que permanece.

Como os atores escolares interpretam e implementam essas políticas educacionais e suas demandas é uma questão a ser estudada em profundidade no Chile. Em relação às contradições nas políticas, Acuña e colaboradores (2014) enfatizam, por exemplo, que a inclusão educacional, como princípio e direito, é estimulada e dificultada pelo sistema, dadas as diferenças de incentivos do sistema de financiamento, de um lado, e de responsabilidade, de outro.

Percebe-se, portanto, em muitos aspectos, uma tensão que se deve, principalmente, à falta de coerência do sistema e de suas políticas educacionais e à sobreposição de esquemas contraditórios de pressão e apoio aos atores escolares.

Como apontam Munby e Fullan (2016), esse tipo de luta entre discursos e políticas em nível nacional em uma calçada, e as ações ou omissões das escolas, na calçada oposta, resulta em um tipo de atrito que de certa forma produz calor, mas não dá luz, já que seus resultados, ou as alavancas que ela movimenta, não são suficientes para produzir uma mudança sistêmica.

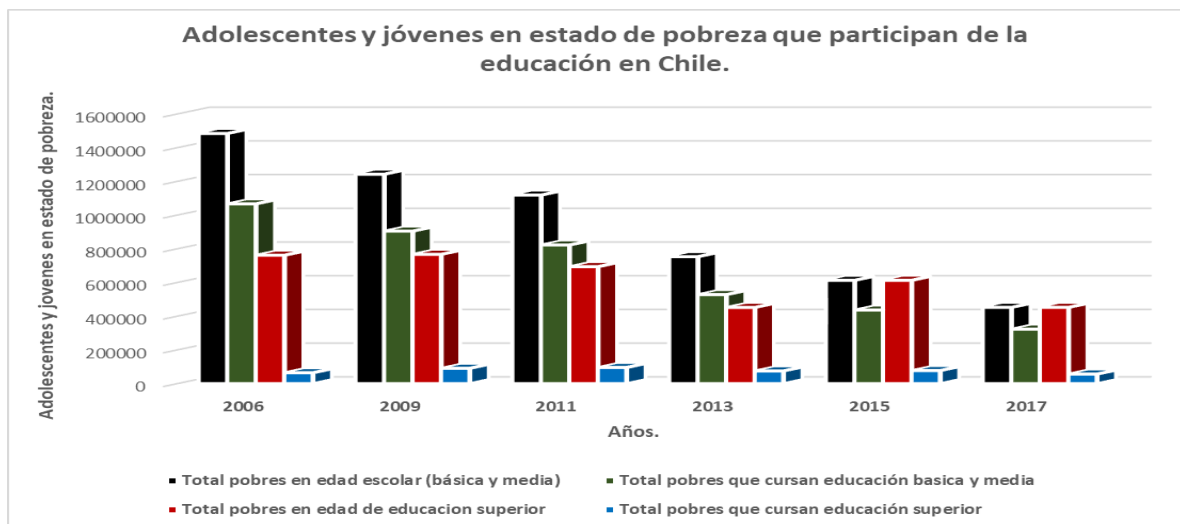
Isso, segundo Munby e Fullan (2016), implica um grande desafio e ao mesmo tempo uma grande oportunidade para líderes intermediários, que de um lado,



"Eles podem continuar sendo vítimas de um sistema fragmentado com políticas de cima para baixo ou podem trabalhar pela mudança. A ideia não é ser um rebelde sem causa, mas mudar o jogo de obedecer, estar focado com um bom senso. É responsabilidade dos líderes modelar uma cultura que garanta que, embora levem em conta os requisitos de responsabilização externa em nível nacional, eles desenvolvam uma responsabilização interna que leve aos resultados esperados. Os líderes de mídia precisam considerar alternativas ambiciosas que construam capacidade no coração dos sistemas" (p. 13).

Por outro lado, há vários anos, a ideia tem sido questionada por diferentes meios de que governar por políticas públicas varia nas expectativas de curto prazo em comparação com as consequências de longo prazo, uma vez que muitas vezes tendem a ter resultados inesperados, funcionam como um tipo de experimentação baseada na reflexão e debate de "tentativa e erro" sobre a c ONSTITUTION Chile perdeu relevância hoje, como resultado da convulsão social do país.

Consequentemente, enfrentar o problema com as ferramentas erradas pode ser pior do que não resolver o problema, pois deve ser garantido aos cidadãos um acesso justo às políticas públicas que só podem ser concedidas melhorando a governança do país.



	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Total pobres en edad escolar (básica y media).	1484152	1242142	1118318	752938	612576	452159
Total pobres que cursan educación básica y media.	1066329	904595	822342	527777	436401	322901
Total pobres en edad de educación superior.	761502	766928	693728	451801	612676	452159
Total pobres que cursan educación superior.	64274	90720	95456	74923	77116	56422

Fonte: Elaboração própria com dados do Inquérito CASEN período 2006-2017

Portanto, embora as políticas públicas sejam ações meramente do governo, não se limita a isso, os cidadãos serão responsáveis também por gerar uma mudança significativa, pois como disse Paul Romer (2019), economista-chefe do Banco Mundial *"funcionários O governo não age no vácuo. Suas decisões refletem o poder de barganha dos cidadãos que competem entre si para defender interesses concorrentes, "e focar como cidadãos na governança, como uma resposta fundamental aos desafios que o Chile enfrenta hoje, será a garantia futura para o cumprimento. da lei no interesse da equidade, do desenvolvimento e da prosperidade.*



Em suma, as políticas públicas participam do desenvolvimento nacional, resolvendo e respondendo às diversas deficiências, necessidades, interesses, demandas e predileções individuais e comunitárias, de modo a possibilitar o progresso dos cidadãos e reforçar sua convivência.

Devem ser estabelecidos dentro do quadro legal vigente, ser preparados por pessoas formadas para o efeito, ter viabilidade financeira, ser orientados para o bem comum e permitir a participação dos cidadãos.

As avaliações de políticas públicas devem ser imparciais, são feitas para melhoria, não para estigmatização, como ação de acompanhamento e monitoramento; Devem incluir qualquer momento, desde a definição de prioridades e elaboração do projeto, implementação, recursos, desempenho durante seu curso, resultados parciais, complicações e dificuldades, até os resultados finais e incidência sobre os usuários.

As avaliações das políticas nacionais realizadas apresentam elementos relevantes para a tomada de decisão no contexto das importantes transformações e processos de reforma educacional que o Chile está vivendo. Analisa o continuum educacional e destaca recomendações que, se implementadas, podem ter impactos positivos na qualidade da aprendizagem e na equidade do sistema como um todo. A iluminação pública no Chile deve ser projetada e gerenciada ambientes de aprendizagem que promovam a qualidade para serem impulsionadores da criatividade, inovação e inclusão.

5 CONCLUSÃO

Por fim, o papel do público político na melhoria educacional depende do contexto de cada estabelecimento, ou seja, daqueles elementos externos que influenciam o cotidiano de cada comunidade escolar (Spillane et al. 2002). O elemento externo considerado mais explicativo dos resultados educacionais é o nível socioeconômico em que os estabelecimentos de ensino estão inseridos. Outro elemento muito importante, que influencia a forma como uma escola responde a políticas e projetos de melhoria, é aquele ligado à pressão institucional ou ao apoio de autoridades intermediárias (Trujillo, 2013; Woulfin et al., 2016). Embora, de fato, a escola, por meio de suas capacidades internas, seja a principal unidade de mudança, o detentor da liderança é fundamental em termos de como as políticas são percebidas ou recebidas por uma escola, que influenciam a implementação apropriada (ou não) das mesmas, tanto pelo (ou falta de) apoio técnico e pedagógico quanto político e econômico (Spillane, 1996; Leithwood et al 2004; Trujillo, 2013; Woulfin et al 2016; Valenzuela Montecinos, 2017).

Do exposto, esclarece-se que as Políticas Públicas são consequência de:

- Diretriz, diretriz de decisão que define como agir em casos especiais
- O caráter público das políticas se dá pela participação dos diferentes atores envolvidos nessas decisões.



- Conjunto de decisões, princípios e normas que orientam a ação, definindo objetivos e metas concretas que visam legitimar e exercer o poder e a autoridade que levam à satisfação de determinadas necessidades de um país, setor, instituição, comunidade.
- Uma vez que já analisamos e conceituamos as Políticas Públicas, o que podemos dizer, do ponto de vista da sociedade civil, as Políticas Públicas são relevantes, pois constituem um dos instrumentos socialmente disponíveis para atender às necessidades da população. A visão que precisa ser enfatizada aqui é, de tipo instrumental, enfatizando que eles são "meios para", a resolução de problemas sociais. Do exposto pode-se deduzir que o ideal de um governo é ter políticas de Estado, mantê-las ao longo do tempo, alheias ao atual governo.



REFERÊNCIAS

- Almonacid, C. (2008). Private education subsidized as a State cooperator.
- Arellano, JP (2001). The educational reform in Chile: achievements, projects and stagnations. CEPAL Review, 73, 83-94.
- Bellei, C., Contreras D., and Valenzuela, J. (2008). The pending agenda in education (pp. 156-179). Santiago: UNICEF.
- Bellei . C. (2013). Economic and academic segregation of Chilean education: magnitude, causes and consequences. Pedagogical studies, 325-345.
- Carrasco, A., Gutiérrez, G., Bogolasky , F., Rivero, R. and Zahri , M. (2014). Analysis on the design and implementation of the end of the school selection in the context of the educational reform in Chile, Summary of the thesis to apply for the degree of master's in management and Public Policies, Santiago, Chile.
- CEPAL (1996), "Fiscal Decentralization in Latin America, " *Notes on the economy and development N^o 596*, Santiago, Chile, October.
- Education Quality Agency (2004). Simce Results 2004 4th basic by establishment. Recovered from: [http://www. Agenciaeducacion.cl/ simce / national-databases-/ Chile](http://www.Agenciaeducacion.cl/simce/national-databases/).
- Educational Quality Agency (2006). Simce Results 2006 2nd average per establishment. Recovered from: <http://www. Agenciaeducacion.cl/ simce / national-databases-/ Chile>.
- Educational Quality Agency (2012). Simce Results 2012 4th basic by establishment. Recovered from: <http://www. Agenciaeducacion.cl/ simce / national-databases-/ Chile>.
- Public Policy Center of the Pontificia Universidad Católica de Chile (2014). Study on the technical-pedagogical assistance model of the Chilean Ministry of Education to subsidized educational establishments in the country. Chile.
- Martínez, J. (2016). Internet and Socially Relevant Public Policies, why, how and what to influence, P: 509-541, Costa Rica.
- Rodríguez , J. (2017). Public Policies, RVE, 2017, 4 (2): 17-26